

3 de outubro

Dia Nacional de Mobilização

Assembleia define participação da categoria em manifestações de 3 de outubro e debate de plano de carreira

Jesus Carlos



11.10.11 - Assembleias dos 1000 no Fórum Pedro Lessa

Reivindicamos

Reposição de todas as perdas inflacionárias

Revogação da Reforma da Previdência de 2003

Antecipação das parcelas de reajuste

Reenquadramento

Data-Base

Fim da corrupção



Transferência de processos da PW para o Pedro Lessa coloca saúde de servidores em risco
pág. 6



"Queremos perspectiva de desenvolvimento profissional", afirma servidor em debate de Plano de Carreira - pág. 5



Na Justiça Trabalhista, falta de servidores intensifica ritmo e amplia jornada de trabalho
pág. 3



"Nunca houve uma ameaça tão grande quanto o assédio moral", afirma psicóloga em palestra - pág. 7

Lugar de mulher é na luta e no 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta!

Entre os dias 4, 5 e 6 de outubro, em Sarzedo (MG) vai ocorrer o 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML). Encontro vai organizar as lutas das mulheres trabalhadoras e avançar na organização e estruturação do MML. Para mais informações acesse www.sintrajud.org.br



06.09.2013 - Primeiro treinamento de abandono do TRF-3 em anos, exercício revela que há muito para ser aperfeiçoado, sobretudo no que toca o treinamento da Brigada de Incêndio. Administração precisa fazer uma campanha de conscientização junto a toda população do prédio, incluindo os desembargadores, trabalhadores das empresas terceirizadas e estagiários.

Ministros recém-nomeados por Dilma podem livrar núcleo político do mensalão da prisão

Decisão polêmica do STF atende núcleo político do PT no esquema de compra de votos que aprovou reforma da Previdência e pode também favorecer tucanos no julgamento do mensalão do PSDB

Por Hélcio Duarte Filho

Coube ao ministro Celso de Mello o voto decisivo na aceitação ou não dos embargos infringentes que vão dar a 12 dos 25 condenados do mensalão o direito a um novo julgamento no Supremo. Mas foram os dois ministros indicados pela presidente Dilma Rousseff – Luís Roberto Barroso e Teori Zavascki – que mudaram o placar, o que pode livrar o núcleo político do esquema do regime fechado.

A favor dos que defendem a isenção do processo, pesa o fato de os dois ministros, quando indicados e submetidos à sabatina no Senado, terem sido festejados também por políticos do PSDB e do DEM. Mas, até isso, dá margem a outras conclusões: a provável revisão do entendimento de crime de quadrilha poderá ajudar no ano que vem ao PSDB e a Aécio Neves, pré-candidato do partido à Presidência em 2014, para quando está previsto o julgamento do chamado 'mensalão tucano'.

A ação tem como acusado central o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB). Investiga o que seria a origem do esquema montado pelo publicitário Marcos Valério, condenado a 40 anos de prisão na Ação Penal 470.

Dilma, Lula e Sarney

A segunda chance dada a 12 réus pode reduzir a pena, mas só em três casos haveria migração do regime fechado para o semi-aberto – graças à redução, dormiriam na prisão, mas trabalhariam durante o dia. Todos os três são

ex-dirigentes do núcleo político do PT: José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido, e João Paulo Cunha, deputado federal do PT por São Paulo. Outros nove réus podem ter as penas reduzidas, mas a mudança não alteraria o regime da prisão.

Dos seis ministros que votaram a favor dos réus, três foram nomeados por Dilma, além de Barroso e Zavascki, a ministra Rosa Weber. Completaram os seis votos necessários para aceitar os embargos infringentes os votos de Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, ambos indicados pelo ex-presidente Lula, e Celso de Mello, que entrou na Corte em 1989, pelas mãos do ex-presidente José Sarney. Dois ministros alçados ao STF por Lula, Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia, votaram contra os embargos, assim como Luiz Fux, nomeado por Dilma.

Aliança para reduzir aposentadorias

No julgamento político do mensalão, o PT é réu confesso do crime de caixa-dois eleitoral. Negou as irregularidades por tempos, mas assumiu com os objetivos de jogar o que aconteceria na vala comum da política, alegando que 'todos os partidos agem assim'. Depois, tentar livrar seus dirigentes da condenação, já que o crime eleitoral prescrevera.

Muita gente vê nessa argumentação que ninguém foi comprado, que a aliança foi política e o dinheiro entra na história como um detalhe. Pressupõe que parlamentares da nova base aliada tenham recebido dinheiro para fazer a aliança eleitoral, mas não se deixaram influenciar nas votações – mesmo quando a

entrada do dinheiro coincidia com votações relevantes, caso da reforma da Previdência de 2003, que impôs uma série de maldades ao funcionalismo.

A versão fica frágil, pois as denúncias partiram do aliado, então deputado petebista, Roberto Jefferson (que continuou na base governista mesmo depois disso), e não da oposição tucana ou do DEM.

Manifestantes presos, mensaleiros soltos

No campo jurídico, a aceitação ou não dos embargos infringentes é motivo de polêmica. Na visão do jornalista Marcelo Coelho, que acompanhou todo o julgamento e vem fazendo análises equilibradas do caso, o voto de Celso de Mello a favor dos réus foi "magistral" no campo do direito, mas pode resultar em um voto pela "impunidade". O nó da questão parece ser a perspectiva de a máxima de que no Brasil só pobre vai para cadeia seja confirmada.

Enquanto acredita-se que quase ninguém envolvido no mensalão vá para a cadeia, é simbólico que ainda existam manifestantes presos por participarem dos protestos que sacudiram o país de junho para cá e questionaram a ordem estabelecida na política. Reforça a convicção de que há pesos e medidas diferentes na Justiça, a já declarada tendência dos ministros do STF, mesmo após condenar 25 por participação num esquema de compra de votos (o que não muda, sejam ou não reduzidas as penas), de se posicionarem contra a anulação da reforma da Previdência.

Na JT, falta de servidores intensifica ritmo e amplia jornada de trabalho

“Aumenta-se a pauta, só que quando chega na execução gera mais serviço para a secretaria e o processo fica parado. Não resolve o problema e cria mais trabalho”, avalia servidor

Por Caê Batista

Processos nas prateleiras, sobre as mesas, às vezes em pilhas no chão. Para quem vê de fora, parece que os servidores estão soterrados sob tantos volumes de papel. Essa é a realidade de muitas varas do maior fórum trabalhista da América Latina: o Ruy Barbosa, localizado na Barra Funda, na capital.

No TRT-2, cada servidor é responsável por 110,37 processos, na média. Número 53,12% maior do que a média nacional da Justiça Trabalhista: 78,02 por servidor. Os dados são de 2010.

O crescimento do volume processual pode ser explicado, entre outros fatores, pelo crescimento econômico brasileiro. Se por um lado houve o aumento da contratação formal, trazendo trabalhadores para o guarda chuva de direitos trabalhistas e previdenciários, por outro lado, as condições reais de trabalho foram precarizadas.

Em entrevista ao Jornal do Judiciário, Ruy Braga, professor de sociologia da USP, explicou que nos últimos 10 anos o número de acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho aumentou, houve também aumento da taxa de terceirização e da jornada de trabalho, além de um impressionante aumento da taxa de rotatividade no trabalho.

Ao terem esses direitos trabalhistas negados, os trabalhadores recorrem ao Poder Judiciário. Mas obter uma sentença favorável não significa a restituição de um direito, pois o maior gargalo da Justiça Trabalhista da 2ª Região está na fase da execução dos processos. O próprio CSJT recomendou que cada secretaria contasse com um magistrado a mais para que este atuasse naquela fase processual. Entretanto, a administração do TRT-2 instituiu que o juiz em auxílio permanente passasse a fazer audiências.

Muitas sentenças, poucos direitos

Assim, podem existir muitas sentenças, mas o fato é que poucos direitos estão sendo garantidos. “Você pode aumentar a pauta, só que quando chega na execução vai gerar mais serviço para a secretaria e o processo não vai caminhar, pois aumentam os processos em execução, mas o número de servidores é o mesmo. Não resolve o problema e cria mais trabalho”, explica Marcus Vergne, servidor do fórum Ruy Barbosa.



Muitos processos e cadeiras vazias, a realidade do TRT-2

E não é que os processos não andem por falta de vontade dos servidores. Aliás, o que tem acontecido é que cada vez mais colegas estão adoecendo em decorrência da atividade laboral, resultado do aumento do volume e do ritmo de trabalho. Ritmo intensificado pelas cobranças pelo cumprimento das metas.

“Acho que até tem que ter metas, para gente não acomodar”, disse à reportagem uma diretoria de secretaria que não quis ter seu nome divulgado: “Mas tem que dar as condições para fazer isso!”, completou.

À frente de uma secretaria há 13 anos, essa servidora descreve que é muito difícil administrar as cobranças vindas do tribunal – que impõe “meta em cima de meta” – com os poucos recursos humanos, que estão ficando cada vez mais escassos. “Se uma pessoa tira férias, acabou”, revela destacando que há outros casos, como servidores aprovados em outros concursos ou que se aposentam.

Ela pontua que as várias tarefas decorrentes da execução pesam muito sobre os servidores da secretaria, e critica a administração por ter deixado que o prazo do último concurso expirasse, embora tenham sido nomeados alguns servidores até o começo deste ano. O resultado: “Tem horas que é um estresse absoluto!”. No Judiciário desde 1989, a servidora afirma que se os juízes substitutos se dedicassem às execuções “ajudaria muito”.

Menos servidores nas varas

A administração, além de livrar os juízes substitutos das tarefas da execução, abriu um concurso interno para que servidores das secretarias assumam a função de auxiliá-los. Esse servidor não terá controle de ponto, terá suas férias e jornada de trabalho acertada diretamente com o magistrado e poderá trabalhar em casa.

A Amatra chegou a divulgar um panfleto ressaltando que os servidores devem lembrar que o juiz substituto de hoje será o titular de amanhã. A questão é para lá de polêmica dentro da categoria, pois se trata de uma decisão de foro íntimo, porém, é inadmissível que dentro da casa onde os trabalhadores buscam justiça se crie uma condição onde alguns têm acesso a um direito e outros não têm.

“Está se criando um cargo equivalente a um assistente de juiz, mas sem o pagamento da função. É algo que já acontece na pauta dupla, e que está sendo institucionalizado pela administração”, critica Inês Leal de Castro diretora do Sintrajud e servidora no Ruy Barbosa.

A situação, além disso, cria um outro problema prático: as secretarias terão que ceder um servidor para auxiliar esse juiz, “num momento em que não há concurso aberto para repor esse funcionário”, diz Inês.

“Ninguém sabe como é que vai ficar”, pontua Cristiane

Queiroz, também servidora do fórum. Ela descreve que em sua secretaria é responsável por todas as atividades que envolvem os processos de final 3 e 4, mas se recusa a imaginar como ficará a situação se alguém sair para auxiliar o juiz substituto.

Sem contratar mais servidores, o mais provável é que o trabalho nas secretarias seja ainda mais intensificado e a jornada de trabalho estendida, como a própria servidora diz: “A gente se sente extremamente cobrado. Muitos servidores se sentem obrigados a fazer horas extras, trabalhar aos sábados para dar conta do serviço”.

Cristiane descreve que não é tão simples um servidor negar fazer horas extras: “A maioria faz; aí o outro não quer se indispor e acaba sendo obrigado a fazer. O diretor está olhando torto, porque você não está no mesmo clima dos outros. São aquelas ameaças de te mandar para a vara onde ninguém quer ir. Você acaba sendo obrigado”.

O sindicato fez reuniões e assembleias para debater o problema, reivindicando que a medida que estabeleceu o auxílio ao juiz substituto só passasse a vigorar depois do próximo concurso, quando o tribunal já estivesse nomeando novos servidores. O Sintrajud também fez um requerimento nesse sentido, mas que ainda não foi respondido pela presidência do TRT-2.

Joca Duarte

Assembleia define participação da categoria em manifestações de 3 de outubro

Em frente ao fórum Pedro Lessa, às 14h, protesto denunciará STF por novo julgamento de 'mensaleiros'

Por Caê Batista

Como parte do calendário nacional de luta da categoria, os servidores do Judiciário Federal de São Paulo vão realizar manifestações no dia 03 de outubro. Definida na Plenária Nacional da Fenajufe (realizada entre 24 e 26 de agosto), a data foi ratificada pelos dos servidores paulistas no sábado, 21.

A assembleia geral definiu que a manifestação acontecerá em frente ao fórum Pedro Lessa, às 14h. Na ocasião será denunciada a decisão do Supremo Tribunal Federal de reanalisar um segundo julgamento do "Mensalão".

Na opinião dos servidores, ao aceitar os embargos infringentes, o STF abriu a possibilidade de não punir José Dirceu, José Genoíno e outros 'mensaleiros'. Junto com o ex-presidente Lula, eles foram os grandes vilões da Reforma da Previdência, que foi aprovada em 2003, quando era operado o esquema do Mensalão. A Reforma da Previdência impôs uma série de maldades aos servidores como a taxaço dos inativos, aumento da idade para obtenção da aposentadoria e abriu espaço para a privatização do sistema, com o Funpresp.

"O 'mensalão' do PT foi uma cópia do 'mensalão' do PSDB mineiro, que também será julgado no STF. O PT escolheu se aliar aos partidos da burguesia e seus métodos corruptos.



07.11.12 - Assembleia no Fórum Pedro Lessa

Mantém Sarney, Collor e Maluf em sua base de apoio. Se igualou ao PSDB e PMDB também na corrupção", disse Inês Leal de Castro, diretora do Sintrajud.

Na manifestação, os servidores vão distribuir pizzas à população, denunciando o pró-

prio Poder Judiciário, que é muito ágil para condenar os trabalhadores e as suas lutas, mas que adota outra postura quando se trata dos detentores do poder. Para essa manifestação serão chamadas outras categorias do funcionalismo público.

Fala Servidor: Confira o que os servidores disseram na assembleia



"Deveríamos ter um único sistema (de informática). Os tribunais têm sistemas diferentes que não dialogam entre si",

Dorival Franco, da JF de Santos.



"PJe com a terceirização é explosivo. É preciso fazer uma campanha contra o PL 4330/04. Ele vai acabar com a nossa carreira",

Inês Leal de Castro, da JT e diretora do Sintrajud.



"Com a Reforma da Previdência de 2003 fomos todos taxados. É um dinheiro que está indo pro ralo",

Ana Fervereiro, servidora aposentada criticando a taxaço dos inativos.



"Só conquistaremos a data-base juntando [forças] com todas as categorias [do funcionalismo público]",

Maurício Rezzani, do TRE e diretor do Sintrajud.



"Nada vai acontecer se não nos movimentarmos. Em 2016 há um cenário diferente, Copa do Mundo e eleições, ligeiramente favorável para nós",

Erlon Sampaio, oficial de justiça e diretor do Sintrajud.



"Temos que trabalhar pela extinção das Funções Comissionadas, que são uma ferramenta de opressão, como o assédio moral",

Cléber Borges Aguiar, do TRF-3, diretor do Sintrajud e da Fenajufe.



"Quem afundou aquele debate de carreira [em 2009] foi a CUT e os setores governistas da Fenajufe",

Raquel Morel Gonzaga, servidora do TRE.



"Na medida em que você tira renda do trabalhador, você concentra a renda na mão do banqueiro",

Zé Luiz, da JT, sobre os empréstimos consignados.



"É importante separar a discussão de reajuste [salarial] com a discussão de carreira. Temos que pleitear a totalidade das perdas [salariais]",

Romeu Meireles, da JT e diretor de base do Sintrajud.



"A Função Comissionada é um instrumento de gestão, de pressão, do nosso trabalho",

Henrique Sales, da JT e diretor do Sintrajud.



"Se não tomarmos medidas urgentes, nosso salário não dará para mais nada. 50% dos nosso salário está sendo consumido",

Zé Maria, servidor aposentado.



"Os credores estão batendo à nossa porta",

Cândido, servidor aposentado da JF de Santos.

“Queremos perspectiva de desenvolvimento profissional”, afirma servidor em debate de Plano de Carreira

No sábado, 21, assembleia retomou o debate sobre o tema

Por Caê Batista

“Qual é a perspectiva de desenvolvimento profissional de um trabalhador que optou construir a sua carreira no serviço público, mais especificamente no Poder Judiciário?”

Com esse questionamento, Adilson Rodrigues – coordenador geral do Sintrajud e diretor da Fenajufe – apresentou alguns temas de um debate que está sendo retomado pela categoria: a elaboração de um plano de carreira. A apresentação aconteceu na assembleia de sábado, 21, realizada no auditório do Sintrajud.

Para Adilson, essa elaboração não pode ter como único norte o desenvolvimento e a elaboração de uma tabela salarial. Ele argumentou que um plano de carreira deve englobar a ideia de evolução profissional: “Queremos ter a perspectiva de desenvolvimento na carreira”, afirmou.

Partindo de um diagnóstico da atual situação salarial, Adilson explicou que tramitam no Poder Judiciário Federal aproximadamente 14 milhões de processos, que estão sob a responsabilidade de cerca de 86 mil servidores. Disse que um plano de carreira precisa debater o modo como Judiciário se organiza para “melhorar o cumprimento de seu dever junto à sociedade”.

Em sua opinião, é preciso refletir sobre o papel das Funções Comissionadas e Cargos de Confiança, cujos critérios para obtenção, manutenção e perda não existem. “Qual é o conjunto de tarefas pelas quais devo me responsabilizar quando assumo uma FC? Qual é o critério



Fotos: Jesus Carlos

“a luta por salários não pode implodir a luta por um plano de carreira.”

para a sua designação?”, questionou.

Adilson considera que a jornada de trabalho também merece uma reflexão, sobretudo com o desenvolvimento e o uso de novas tecnologias pelo Poder Judiciário. “Em 2011, o judiciário julgou mais processos do que os que entraram. Mas a que preço? Como isso se reverte para os servidores?”, indagou.

Outro ponto muito criticado

pelo servidor é o desvio de função que ocorre com os técnicos, que compõem a maior parte da categoria. Segundo Adilson, o desvio de função acaba se tornando uma prática ilícita, pois o Estado obriga o trabalhador a “realizar uma tarefa mais complexa, sem oferecer a contrapartida financeira”.

Na opinião do dirigente, “a luta por salários não pode implodir a luta por um plano de carreira”. O servidor ainda resgatou todas as lutas travadas pela categoria na busca por melhores salários, quando “conseguimos multiplicar a [nossa] remuneração oito vezes num período de desmonte do Estado, que foram os anos de FHC e Lula”.

Ele destacou que alguns “elementos de um plano de carreira



Acima: servidores acompanham palestra sobre atual situação salarial. No detalhe, Adilson Rodrigues: “A nossa luta multiplicou nosso salário em 8 vezes”.

já foram tratados nos PCSs I e II”, que conseguiram, por exemplo, proibir o nepotismo direto. “Temos que pensar em como impedir o nepotismo cruzado”, disse. Adilson não deixou de ressaltar a importância da instituição da data-base, destacando que “a melhor tabela salarial vira fumaça sem uma política de reposição inflacionária”.

Perdas salariais chegam a 40,67%



Jesus Carlos

O debate sobre o Plano de Carreira também contou com uma palestra do assessor econômico do Sintrajud, Washington Moura Lima, que pontuou algumas questões que ele considera centrais.

A primeira é a correção da inflação, que já impõe uma perda à categoria de 40,67%, considerando 2006, quando foi aprovado o PCSIII.

Washington destacou a isonomia com os cargos exercidos em carreiras correlatas nos outros Poderes. Para o economista, é preciso valorizar os padrões iniciais da carreira e a carreira efetiva; ele ressaltou que a existência de FCs e CJs dá muito po-

der às administrações.

O palestrante ainda destacou questões salariais específicas como as perdas salariais em alguns padrões pela substituição de FC-5 por Gratificação por Atividade Externa. Também lembrou que o problema do Adicional de Qualificação aos técnicos com nível superior ainda não está resolvido.

O economista também criticou as metas impostas pelo CNJ sem nenhum debate com a categoria e reforçou a ideia de que é preciso se debruçar sobre questões como carga e força de trabalho dentro do Poder Judiciário.

Transferência de processos da PW para o Pedro Lessa coloca saúde de servidores em risco

Servidores exigem que processos do arquivo não voltem para o fórum. Administração não apresenta laudo da estrutura do prédio

Por Caê Batista

Os servidores do fórum Pedro Lessa estão em campanha para impedir a transferência de mais de 35 mil processos que estão no arquivo da Presidente Wilson (PW) para o fórum.

Na terça-feira, 24, a presidência do TRF-3 se reuniu com diretores do Sintrajud e servidores do Pedro Lessa para debater sobre a transferência. A reunião foi resultado do requerimento administrativo, exigindo a suspensão da transferência dos processos, entregue pelo Sintrajud uma semana antes.

A juíza em auxílio a presidência Noemi Martins disse que a iniciativa de transferir os processos para o Pedro Lessa partiu do presidente do TRF-3, desembargador Newton De Lucca. Pontuou os processos precisam voltar, pois o galpão da PW será desativado e que os volumes estão arquivados de forma irregular.

Os servidores ressaltaram a contrariedade à medida e estão coletando assinaturas, com o objetivo de afastar a decisão. Também estão distribuindo uma carta aberta à população explicando os riscos decorrentes da transferência dos processos.

O comunicado da diretoria do Foro determinava que 13 de dezembro é a data limite para que todos os processos retornem ao fórum. Se o retorno já tivesse sido iniciado, seriam mais três mil processos por semana.

Newton De Lucca fecha os olhos para a estrutura do prédio

O presidente do TRF-3, Newton De Lucca está fingindo não ver que a estrutura Pedro Lessa pode não suportar o peso adicional. Se cada processo tiver apenas um volume seriam 40 toneladas a mais no prédio, como cada processo tem mais de um volume, o peso será muito maior.

Há alguns anos, um laudo da administração especificava que o fórum já operava em seu limite estrutural. Na época, os servidores foram orientados a não deixarem processos sobre as mesas e estavam proibidos de instalar novas prateleiras. Aliás, essa fadiga estrutural obrigou a administração a transferir os processos do Pedro Lessa para o arquivo da PW.

Questionada sobre esse laudo, a administração se calou.

Doenças respiratórias e alérgicas

Muitos processos que estão na PW são antigos, e as condições deles são deploráveis: “No arquivo tem muito pó, terra, pernilongo, baratas, ratos”, relatam servidores lotados lá.

“Uma servidora do Pedro Lessa me relatou que adquiriu uma infecção por fungo em 2001, trabalhando na PW e 12 anos depois ainda convive com este fungo”, conta o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Cléber Borges Aguiar.

Ele explica que como o prédio do Pedro Lessa funciona com “ar condicionado, esses fungos e bactérias de enchentes, urina e fezes de rato, baratas etc. podem entrar no sistema de ar e causar várias doenças respiratórias”, e cobra: “a administração tem que tomar providências para garantir a saúde dos trabalhadores”.



20.09.13 - Assembleia no Fórum Pedro Lessa

Situação é resultado da terceirização

A iniciativa de trazer para o Pedro Lessa os processos do PW é resultado da terceirização do arquivo. Em outubro de 2011 a empresa Prado Chaves Arquivos e Sistemas Ltda assumiu os serviços de armazenamento e movimentação física do acervo arquivístico da Justiça Federal.

Para “arquivar” os processos por 60 meses a empresa receberá mais de R\$ 11 milhões. No contrato, o valor é estimado, uma vez que depende da quantidade de processos serão requisitados. Pelo contrato cada volume requisitado custa R\$ 4,70, se o pedido for urgente, R\$50.

O questionamento que está sendo feito pela categoria é: Como pode, no serviço público, se fazer um contrato ligado à movimentação dos processos?

A medida da administração só poderá ser revertida com a mobilização da categoria. A saúde de todos os servidores do fórum Pedro Lessa está em jogo. Além disso, a vida de centenas de pessoas está em risco: não é ousado afirmar que existe o perigo do prédio desabar por conta do excesso de peso.



Galpão da PW

No TRF-3, assembleia reivindica outra forma de custeio do plano de saúde

Cerca de 75% dos usuários do plano de saúde do TRF-3 estão sendo prejudicados com a tabela de custeio imposta pela administração do tribunal. A partir dessa constatação, os servidores do prédio vão exigir uma reformulação da forma de custeio que não prejudique os servidores com os menores salários. A decisão foi tomada em assembleia setorial, realizada em 12 de setembro.

Nos debates foi dito que a administração do TRF-3 não forneceu todos os dados para que a categoria debatesse a forma de custeio do plano. A administração impôs a tabela de

custeio sem antes debater com o Sindicato, descumprindo um acordo entre as partes.

A forma de custeio imposta pelo TRF-3 considera a idade dos servidores e dependentes, algo que nunca existira para a manutenção do plano médico.

Os servidores criticaram a administração por não ter incluído o plano básico no edital que escolheu a operadora do plano de saúde. Outra reivindicação diz respeito a mais verbas para o custeio do plano de saúde. Os servidores também criticaram o “fim” do pró-social.

“Nunca houve uma ameaça tão grande quanto o assédio moral”, afirma psicóloga

Em lançamento de campanha de combate ao assédio moral, Terezinha Baiana diz que é importante não banalizar o termo

Por Caê Batista

“O assédio moral é uma tática de gestão de pessoas para tirar do caminho os ‘obstáculos’ aos planos de poder”. A afirmação é da psicóloga Terezinha Martins, também chamada de Terezinha Baiana, e pode sintetizar parte de sua palestra sobre o assédio moral, realizada no auditório do Sintrajud na quinta-feira, 19.

A palestra deu início à campanha de combate ao assédio moral, que está sendo organizada pelo Sintrajud. Entre outras iniciativas, compõem a campanha a distribuição de uma cartilha à categoria e a realização de um ciclo de palestras nos tribunais da capital e algumas cidades do interior.

Mais do que dizer o que é o assédio moral, na quase uma hora de palestra, Terezinha Baiana apresentou uma série de conceitos que nos ajudam a reconhecer a prática, que é a primeira medida para combatê-la. Para Terezinha, nunca houve uma ameaça tão grande aos trabalhadores quanto o assédio moral.

A palestrante argumentou que a violência e a opressão sempre existiram nas relações de trabalho dentro do capitalismo, mas o assédio moral é uma prática recente. Terezinha disse que o assédio moral é resultado da reestruturação produtiva, iniciada nos anos 1970, que deu ao trabalho um instrumental para manipular as emoções dos trabalhadores.

“É uma gestão do trabalho que precisa (construir) um discurso de que todos fazemos parte de uma mesma família. É uma gestão feita a partir das emoções”, explicou.

O assédio moral, segundo disse, é uma ferramenta para ‘por para fora de casa os filhos’ questionadores (militantes e ativistas sindicais e políticos), os adoecidos ou acidentados e os “muito competentes”.

No caso dos militantes, o assédio moral serve para silenciá-los, para impedir qualquer tipo de reação a demissões ou planos de intensificação do ritmo de trabalho, por exemplo. Ou seja, o assédio moral visa impedir questionamentos e



19.09.13 - Lançamento da campanha de combate ao Assédio Moral. Da esquerda para direita Terezinha Bahiana, Fausta Fernandes, Daniel de Lucca e Cesar Lignelli

críticas, além da criação de um sentimento de solidariedade no local de trabalho.

O assédio moral sobre os trabalhadores adoecidos serve para afastá-los do local de trabalho, pois eles são exemplos para todos de que o trabalho adoece. “Ao perceberem que um colega adoeceu pelo trabalho, os colegas reduzem a sua produtividade por receio de adoecerem”, explicou Terezinha.

O assédio moral sobre os trabalhadores competentes acontece porque estes evidenciam a “incompetência dos chefes, e, no serviço público, atrapalham falcas”, disse.

Terezinha ainda exemplificou algumas táticas utilizadas para desestruturar o trabalhador: retirar dele os meios para realizar o seu trabalho cotidiano; dar a ele um tratamento diferenciado àquele dispensado aos demais trabalhadores; ignorá-lo, “o que é fatal para a sua subjetividade”; fazer pequenas insinuações sobre características físicas do assediado. “No final do processo, o sujeito está isolado do mundo”, explicou.

Ela ainda sustentou que não existe assédio mo-

ral horizontal (entre pessoas que têm o mesmo nível de poder) ou de baixo para cima (subordinados que assediam os seus chefes): “O assédio moral é uma tática de poder, é um ato de quem tem o poder [sobre quem não o tem]”.

Reconhecer é metade do caminho

Para Terezinha Baiana, reconhecer o processo de assédio moral é percorrer metade do caminho para enfrentá-lo. Reforçando a ideia de que é preciso “desnaturalizar” as relações de trabalho, Terezinha explicou que a saída é sempre política e organizativa, ou seja, os trabalhadores precisam se organizar em seus locais de trabalho para enfrentarem juntos essa prática.

A palestrante ainda destacou que é preciso aprofundar os estudos e análises do que é assédio moral para evitar que o termo seja banalizado e concluiu dizendo que tal prática está ligada ao modo de produção capitalista, “que transforma o trabalho em morte”. “É preciso ter uma perspectiva de uma sociedade socialista”.

CRÔNICA

VENTOS DE CACHORRO LOUCO NO TRF 3

Lord, meu vira lata, parou meio assustado no gramado do parque, no meio de uma nuvem de poeira e folhas secas e papéis carregados por um vento forte, incomum. “É o vento norte, vento de cachorro louco”, lembrei da frase do meu saudoso avô Ernesto, enquanto um arrepio percorreu minha espinha. Apertei o passo pra casa, arrastando meu dois vira latas com rédeas curtas e sem muita explicação obedeceram adestradamente.

Meu avô era um camponês analfabeto, com uma sabedoria muito peculiar. Era capaz de dizer a fase da lua a qualquer momento que lhe fosse perguntado, me ensinou que além da poda das árvores agosto é o mês que começa a soprar o vento norte, o vento de cachorro louco, ventos fortes que liberavam coisas ruins e maldades enterradas inertes, a espera de uma chance de agir.

No caminho de casa, entre as lufadas do vento do norte que enchiam meus olhos de poeira, uma ideia martela meus pensamentos. Ventos estranhos sopram no TRF3, nesse “entardecer” da gestão Newton de Lucca. Procedimentos que, como o vento de cachorro louco, removem as coisas e fazem aparecer doenças há algum tempo adormecidas. Ventos que estão deixando os que aqui trabalham doentes. Ventos que nos deixam loucos.

O ritmo de trabalho aumentou drasticamente nesse último período. Pressão que vem do CNJ e suas correições inquisitórias.

Qualidade hoje é sinônimo de quantidade. Este mês houve um aumento surpreendente na distribuição de processos para a segunda instância. Capas cor de rosa dos processos se amontoam pelas mesas e corredores, com pedidos de aposentadoria. Sem concurso, sem novos servidores, não tardou para que os tambores aumentassem o ritmo de trabalho nos gabinetes e turmas.

Um detalhe, como a meta não é julgar bem, mas julgar muito, há um viés liberal nas sentenças, os juízes, principalmente os mais novos são bem mais duros em conceder benefícios previdenciários. Na medida em que a falta de tempo vai se aumentando a dificuldade em analisar provas e detalhes do processo, o voto passa a ser um “copia e cola” de padrões prontos, na maioria das vezes negando o benefício.

E o ritmo é alucinante. Houve casos em que a meta passou de 3 ou 4 processos diários por servidor, para uma meta de 6, 8 e até 10 por dia. E é simples assim. Tem que bater a distribuição semanal. É a busca do sistema “Just in time”, sem estrutura, mas com um chicote na mão.

O que fica claro nesses processos é que as ordens descem do “olimpico”, geralmente do CNJ, sem muito planejamento nem sentido. O primeiro resultado destes rompantes é que reaparecem, das cinzas, como as doenças vindas com os ventos do

norte, chefes, supervisores e colegas perversos. O terreno para o assédio moral está preparado.

A outra coisa foi a volta de um símbolo de humilhação que havíamos enterrado, o tal do “banquinho do RH”. Os servidores que saíam de um setor, permaneciam sentados em um banco no corredor do RH, às vezes por meses a fio. Há algumas gestões conseguimos mudar para uma sala reservada, com janela, rama e terminal de computador. Agora ele volta de outra forma, mas com a mesma essência. Os colegas que aguardam vaga nos setores, deverão ficar em uma sala interna, com vidros, onde podem ser observados. Um “aquário”. É um símbolo novo que se instala, idealizado por uma dessas ideias remexidas por esse vento do norte.

Ventos de cachorro louco. Ventos que cortam as “arcadas” deste Tribunal, endurecendo barbas indiferentes e com outras ocupações e preocupações.

Bem vinda a campanha que o Sintrajud está iniciando contra o Assédio Moral.

Por **Claúdio Klein**, diretor de Base do Sintrajud e servidor do TRF-3

OLT foi tema de debate na 38ª Reunião do Conselho de Base do Sintrajud

‘Conselho de Base do Sintrajud é um exemplo a ser seguido por outras categorias’, diz sociólogo

Por Caê Batista

No sábado, 21, aconteceu a 38ª reunião do Conselho de Base do Sintrajud. O tema em debate foi Organização por Local de Trabalho (OLT). “Quando falamos de OLT, estamos nos referindo à organização política dos trabalhadores em seus locais de trabalho”, definiu Daniel Romero, sociólogo e membro do Ilaese (Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos), ligado à CSP-Conlutas.

Daniel afirmou que apesar da baixa taxa de sindicalização no Brasil, o movimento sindical é um dos mais importantes movimentos sociais do país. Ele explicou que a baixa taxa de sindicalização é resultado, entre outros fatores, da tradição autoritária da burguesia brasileira, o que tem reflexos também no serviço público.

Ele disse que a atual estrutura dos sindicatos permite que as entidades de classe, “na mão dos pelegos”, sobrevivam sem a participação dos trabalhadores. Daniel ressaltou que o Imposto Sindical amplia enormemente a arrecadação das centrais sindicais sem que estas tenham qualquer trabalho de base: “Essa estrutura, de 1930, é ‘cupulista’, faz com que os sindicatos fiquem cada vez mais afastados da base. Assim, a filiação não faz diferença”, disse.

Para Daniel, “a existência material do sindicato sem a contribuição voluntária do trabalhador são fatores que levam à degeneração dos dirigentes sindicais”. O sociólogo explicou que foi isso que aconteceu com a CUT, que foi derrotada em seu projeto estratégico inicial de “formar uma nova estrutura sindical no país”.

O palestrante destacou que a CUT, que encabeçou os maiores avanços nas lutas sindicais

da história do país, hoje é a entidade que mais recebe recursos oriundos do Imposto Sindical. “Esse neocorporativismo acaba se favorecendo do sindicalismo mais afastado da base”, disse.

Daniel ressaltou que a OLT é o mais importante instrumento de controle sobre os dirigentes sindicais, e para funcionar bem precisa ter autonomia política, organizativa e financeira. Ele lembrou que esse foi o tema do mais recente congresso da CSP-Conlutas, entidade que luta de forma permanente contra a burocratização do movimento sindical.

O palestrante elogiou o Sintrajud por manter em funcionamento do Conselho de Base. “Realizar 38 reuniões de base é extremamente raro no conjunto do movimento sindical. É importante tratar esses momentos com um carinho especial. Não podemos ver esse evento como mais uma instância do sindicato. Não é. É algo muito raro no Brasil e é um mérito da categoria”, concluiu.



21.09.13 - Daniel Romero em palestra sobre OLT

História do Conselho de Base

Cléber Borges Aguiar - atualmente diretor do Sintrajud e da Fenajufe - apresentou um histórico do Conselho de Base do Sindicato. Segundo disse, em 1995, antes da unificação dos três sindicatos que deram origem ao Sintrajud, “a categoria já debatia a necessidade da Organização Por Local de Trabalho”.

O Conselho de Base é uma instância superior à diretoria, assim, segundo Cléber, “você tem a categoria à frente das de-

cisões [da entidade]”.

Para o dirigente, que já foi da Direção de Base, o Conselho de Base é fundamental para organizar toda categoria dada a “capilaridade e o espalhamento dos servidores em todo o estado e no país”. “[O Conselho de Base] é fundamental para colocar todo mundo num sentido único. O papel é colocar a categoria num rumo, para evitar que cada um atire para um lado e desperdice forças”.

Vem aí a 10ª Copa Sintrajud de Futebol, as inscrições já estão abertas

Não perca tempo e prepare já o seu time!



Já estão abertas as inscrições para a 10ª Copa Sintrajud de Futebol. Você tem até 09 de outubro, às 20h, para inscrever a sua equipe.

As inscrições deverão ser feitas através de formulário disponível no site e enviadas para o e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, com o título – Inscrição Copa Sintrajud - ou entregues pessoalmente na sede do Sindicato.

Cada time poderá inscrever de 8 a 15 jogadores. Obrigatoriamente, metade do time tem que ser sindicalizado. Será permitida a inscrição de não servidores, desde que ligados à categoria ou ao Judiciário (cedidos, terceirizados, estagiários, peritos ou juizes), limitados a três por time. Todos os não sindicalizados - servidores ou não - pagarão taxa de R\$ 100 por pessoa. O pagamento deverá ocorrer após a inscrição dos times, sendo que apenas com o efetivo pagamento será válida a inscrição dos times.

Após o término das inscrições, em 10 de outubro, haverá uma reunião de planejamento do torneio. O campeonato está previsto para começar em 15 de outubro.

Local e datas dos jogos

As partidas acontecerão nas quadras do Playball Pompeia. Todos os jogos ocorrerão entre 20h e 23h, terças e quintas-feiras; fora a final que ocorrerá numa sexta-feira.

Venha participar das aulas de dança, das oficinas e do grupo de teatro!



Dança: As aulas de dança acontecem quartas-feiras, das 16h30 às 18h. Aos sábados das 14h às 15h30. É permitida a participação de um acompanhante.

Teatro: as oficinas acontecem todos os sábados das 15h30 às 17h. A partir das 17h acontecem os ensaios do grupo Erga Omnes.

A participação é aberta a todos os servidores sindicalizados. Os não sindicalizados, ou pessoas de fora da categoria, devem contribuir com R\$ 50 mensais.

Todas as atividades acontecem no Sintrajud: Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13 mil exemplares

